

A presença indígena na Universidade Estadual de Feira de Santana: do ingresso à permanência

The indigenous presence at the State University of Feira de Santana: from admission to permanence

Fernanda Almeida Ribeiro Zatti
Mirela Figueiredo Iriart
Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS
Feira de Santana -Bahia-Brasil

Resumo

O presente artigo buscou mapear a presença indígena na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) no semestre letivo 2018.2, contextualizando os estudantes em relação aos cursos/áreas de conhecimento, origem geográfica e socioeconômica, etnias, idade, assim como as motivações para a escolha do curso de graduação. Foram utilizados dados produzidos a partir de informações institucionais, relatório das políticas de ações afirmativas da UEFS (2007-2017) e questionário estruturado sobre a vida estudantil, aplicado a 29 estudantes. Entre os resultados obtidos, o estudo demonstrou que a instituição possui diversidade étnica, que os estudantes pertencem aos Povos Indígenas do Nordeste, são jovens e de ambos os sexos. Isso nos levou a refletir sobre a importância de ampliar a visibilidade sobre a diversidade cultural no seio da universidade, fortalecendo as políticas de permanência.

Palavras-Chave: Estudantes Indígenas, Política de Ações Afirmativas, Ensino superior.

Abstract

This article sought to map the indigenous presence at the State University of Feira de Santana (UEFS) in the academic semester 2018.2, contextualizing the students in relation to the courses/areas of knowledge, geographic and socioeconomic origin, ethnicities, age, as well as the motivations for the choice of undergraduate course. Data produced from institutional information, a report on the affirmative action policies of UEFS (2007-2017) and a structured questionnaire on student life, applied to 29 students. Among the results obtained, the study demonstrated that the institution has ethnic diversity, that students belong to the Northeast Indigenous Peoples, are young and there is male and female equity. This led us to reflect on the importance of increasing the visibility of cultural diversity within the university, strengthening the permanence policies.

Key-Words: Indigenous Students; Affirmative Action Policy; Higher Education.

Introdução

O objetivo desse artigo é mapear a presença dos estudantes indígenas na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), traçando assim uma contextualização sobre o perfil demográfico e socioeconômico, distribuição por curso/área de conhecimento e gênero, além de informações sobre a vida estudantil. Originou-se de uma pesquisa dissertativa de Mestrado no campo da Educação, que buscou compreender os processos subjetivos e a permanência simbólica dos estudantes indígenas na UEFS.

Para embasamento teórico, a pesquisa citada, utilizou as contribuições de Alain Coulon (2008), sociólogo francês, que descreve o conceito de *afiliação estudantil* como um processo importante a ser vivenciado pelos estudantes universitários. Com temporalidades implicadas na construção de um ofício de estudante, a afiliação favorece a permanência na universidade e conseqüentemente o êxito acadêmico.

O estudo de Coulon, apesar de refletir sobre a realidade de estudantes na França, aproxima-se da nossa proposta de análise, ao nos empenharmos em entender as dimensões do processo de inserção e permanência no ensino superior, em que pesem as diferenças culturais, geográficas, étnicas e sociais.

O presente trabalho buscou refletir sobre as especificidades do percurso em relação ao estudante indígena, identificando as variáveis que interferem em sua vivência universitária. Nesse sentido, os estudantes indígenas deparam-se com uma multiplicidade de elementos no percurso acadêmico, que incluem a diferença cultural, a distância do seu povo e da sua família, suas necessidades espirituais, situações de preconceito, dentre outros, que compõem a sua experiência universitária nesse processo de afiliação estudantil.

Para tanto, a noção de permanência simbólica (SANTOS, 2017) torna-se relevante para compreendermos as condições de subjetivação que vão se configurando (GONZÁLEZ REY, 2001) no percurso de afiliação como categorias de análise importantes para apreender esse fenômeno.

Este estudo buscou contribuir com as políticas estudantis, em específico com as questões que atravessam os modos de vida e cultura dos povos indígenas do Nordeste. O trabalho justifica-se pela necessidade de ampliar os estudos voltados para os estudantes indígenas no ensino superior, sobretudo em instituições baianas, e pela precariedade ainda existente na sistematização de informações sobre esses estudantes no ensino superior, inclusive evidenciada na UEFS.

A UEFS foi fundada em 1976 e encontra-se situada na cidade de Feira de Santana, na Bahia. Até a chegada da Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB) em 2010, era a única instituição pública de ensino superior da região. Desde 2007, possui o sistema de reservas de vagas e, para ter esse acesso à instituição, os estudantes indígenas devem ser aldeados (residirem nas aldeias), autodeclarar-se indígena e possuir uma declaração da comunidade da qual faz parte reconhecendo-o como membro.

Para o desenvolvimento do trabalho, esse artigo está estruturado em cinco partes: inicialmente uma breve apresentação sobre os Povos Indígenas do Nordeste, grupo que representa etnicamente os estudantes indígenas inseridos na UEFS; em seguida uma referência sobre o ingresso dos jovens indígenas nas universidades públicas; o percurso metodológico para produção dos dados apresentados; o mapeamento sobre o perfil dos estudantes indígenas na UEFS e sobre sua vida estudantil, e por fim, as considerações finais, com algumas reflexões sobre os elementos encontrados.

Estudantes indígenas da UEFS: povos indígenas do Nordeste

Percebe-se que as etnias indígenas presentes na UEFS se dividem entre oriundas do estado da Bahia e do estado de Pernambuco. Diante disso, todos os estudantes da instituição fazem parte dos chamados Povos Indígenas do Nordeste. Essa terminologia, bastante utilizada nos estudos antropológicos, justifica-se não apenas pela localização geográfica, mas também por questões políticas e étnicas, uma vez que os povos que os compõem possuem familiaridade ritualística, de modos de vida e existência, etc.

Contudo, são poucos os escritos encontrados sobre os índices numéricos dos Povos Indígenas do Nordeste. Quando existem, são desatualizados, pois há grande oscilação em suas informações devido aos processos de ressurgimento étnico de povos na região. A respeito desse último ponto, Oliveira (2004) possui grande contribuição para a área, destacando o processo denominado de *etnogênese*, que envolve tanto a emergência de novas identidades como a reinvenção de etnias já conhecidas. Diante da dificuldade de mensuração sobre os atuais números dos povos da região, em entrevista realizada por uma das autoras com José Augusto Laranjeiras Sampaio, antropólogo com destacada experiência de pesquisa com as comunidades indígenas, foi possível obter informações importantes. Sampaio justificou que se torna difícil precisar os números dos grupos indígenas de uma determinada região, pois o mesmo possui forte dinamicidade e variação.

A presença indígena na Universidade Estadual de Feira de Santana: do ingresso à permanência

Afirmou ainda que podem ser considerados atualmente mais de 70 povos indígenas no Nordeste.

Ao ser entrevistado, o pesquisador esclareceu que quando os estudiosos da área mencionam os povos indígenas do Nordeste, este não compreende geograficamente a região do nordeste brasileiro. Segundo o movimento indígena, há uma outra configuração de nordeste, estabelecida pela Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME). Ou seja, os índios do nordeste envolvem os povos pertencentes a dez estados: oito do nordeste (desconsiderando o Maranhão, que pertence à Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira - COIAB), acrescidos os povos dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo. Esses recortes e subdivisões devem-se à afinidade e semelhança entre os povos durante o movimento de organização.

De acordo com Sampaio, a Bahia possui aproximadamente vinte e três (23) povos, distribuídos em trinta e três (33) municípios. Segundo ele, esse número tem sido apresentado pelo Movimento Unido dos Povos e Organizações Indígenas da Bahia (MUPOIBA) em seus encontros e ações. São eles: Atikum, Catrimbó, Fulni-ô, Kaimbé, Kambiwá, Kantaruré, Kapinawá, Kariri-Xokó, Kiriri, Pankararé, Pankaru, Pataxó, Pataxó Hã-Hãe, Payáyá, Potiguara, Tapuia, Truká, Tumbalalá, Tupinambá, Tuxá, Tuxi, Xukuru-Kariri e Xakriabá. E em Pernambuco, por sua vez, estão presentes doze povos: Atikum, Fulni-ô, Ipipã, Kambiwá, Kapinawá, Pankará, Pankararu, Pankayuká, Truká, Tuxá, Tuxi do Caxauí e Xukuru.

Pensando, portanto, na etnicidade dos povos indígenas do Nordeste, que abarca os estudantes indígenas pesquisados da UEFS, existem elementos que os particularizam, distinguindo-os dos demais através dos seus símbolos, sua cultura e seus rituais na expressão das suas identidades, como sinaliza Grünewald (2008, p. 44):

Um ponto, portanto, que se torna logo evidente na configuração cultural emblemática dos índios do Nordeste é a posse de um símbolo comum, o compartilhar de uma ideologia expressa ritualmente que, embora com conteúdos e formatos alterados entre muitas dessas comunidades, é recorrente ao informar (e constituir) a indianidade nordestina.

A religiosidade encontra-se entranhada no cotidiano dos povos indígenas. Os encantados são entidades espirituais para as quais muitas expressões ritualísticas são oferecidas e que, por vezes, são consultados através da invocação dos seus espíritos no

sentido de dar orientações para as atitudes do povo. Essas práticas costumam ser realizadas através dos rituais, que sofrem variações dentre as diversas etnias indígenas. O principal ritual indígena que pode ser visto na UEFS em determinados momentos é o Toré, “ritual amplamente praticado entre os índios do Nordeste, que figura como um dos principais elementos que caracterizam a identidade dos povos indígenas da referida região etnográfica do Brasil” (COUTO, 2008, p. 150). O toré pode aparecer como ritual propriamente dito ou em momentos de descontração e brincadeira.

Outro elemento forte dos índios do Nordeste é a jurema. De acordo com Grunewald (2008, p. 43), “a jurema (...) pode ser uma planta, uma bebida e uma entidade” e os indígenas a mencionam sempre com reverência e consideração, sendo necessário muito respeito no contato com a mesma.

Em oposição ao que se pensava sobre o enfraquecimento étnico dos povos do Nordeste, que incorreria no seu desaparecimento enquanto grupo com a integração deles na sociedade regional, o que se observa é muito diferente. Segundo Grunewald (2008, p. 44), “o que se assinala atualmente é um conjunto de processos de revigoração das culturas específicas desses povos”.

Portanto, o que foi apresentado nessa seção pretendeu evidenciar um pouco desses povos, defendendo o quanto os elementos étnico-culturais particularizam suas formas de pertencimento identitário e entendendo que essa questão torna-se extremamente importante ao abordar o estudante indígena na UEFS.

A entrada indígena nas universidades

Em todo o percurso das instituições universitárias, o acesso dos indígenas foi inexpressivo. Contudo, muitas ações coletivas se fizeram necessárias através dos movimentos e lutas sociais, para que o cenário fosse modificado. A articulação desses grupos como sujeitos de direitos vislumbrava uma construção social mais participativa e democrática, exercendo a resistência e com o envolvimento necessário nos processos políticos.

A partir dos anos 2000, há uma grande ampliação das vagas, favorecendo a inserção de jovens que antes não vislumbravam o acesso ao ensino superior como uma realidade possível. As políticas de ações afirmativas vieram proporcionar as reparações históricas a

A presença indígena na Universidade Estadual de Feira de Santana: do ingresso à permanência

esses grupos e são responsáveis pela diversidade cultural que atualmente pode ser vista nas universidades, contexto completamente diferente do vigente até então.

A Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) aparece como pioneira entre as instituições estaduais a implementar a política de reservas de vagas para egressos de escolas públicas, negros e pessoas com deficiências, em 2003. A Universidade do Estado da Bahia (UNEB) foi a primeira universidade baiana a adotar o sistema de reservas de vagas no mesmo ano e, na UEFS, a implantação da política aconteceu em 2007.

Dentre as universidades federais, a Universidade de Brasília (UnB) assume a vanguarda, em 2004, através de um intenso movimento interno em torno de um caso de um estudante negro inserido no curso de Doutorado em Antropologia, injustiçado em uma avaliação de um componente curricular. Após um processo desgastante e o caso ter sido levado aos conselhos superiores, a injustiça foi reconhecida e o estudante, aprovado na disciplina. “No ano de 1999, os docentes implicados no *Caso Ari* submeteram uma proposta de cotas, que em 2002 se converteu no Plano aprovado” (SANTOS, 2012).

Nessa conjuntura de ampliação, as universidades passam a adotar também as reservas de vagas para os estudantes indígenas, que se fazem presentes de modo mais significativo nas instituições de ensino superior, inclusive na UEFS, embora ainda em número pouco representativo em consideração aos demais cotistas.

A partir de então, aos poucos torna-se crescente o número de estudos voltados para esses jovens indígenas universitários, buscando contribuir para a compreensão da diversidade étnico-cultural no seio das universidades públicas e suas implicações na experiência estudantil.

Os estudos de Amaral (2010), Ressurreição (2015) e Souza (2016) concentram-se na experiência indígena no ensino superior em instituições distintas, sendo as universidades estaduais do Paraná, a UNEB e a UFBA, respectivamente. As três pesquisas indicam a necessidade de amadurecimento das instituições de ensino superior para lidarem com as fronteiras interculturais e, para isso, devem estar abertas a conhecer esses jovens em maior profundidade, assim como suas demandas, afirmando suas identidades e pertencimentos em direção a uma universidade mais inclusiva.

Apesar da diversidade étnica encontrada, isso por si não assegura o reconhecimento das diferenças, a troca de saberes e o encontro intercultural no ambiente acadêmico, como constatamos na pesquisa. Seguindo os argumentos de Candau (2012), incluir as diferenças

no processo educativo é entender, dentro do campo semântico que aí se configura, que diferença não é oposto à padronização e sim à desigualdade. Ou seja, para garantirmos a igualdade, é preciso incluímos as diferenças.

Ou ainda, visitando as ideias de Veiga-Neto (2001), a normalidade que busca ordenar a diversidade, atribuída aqui ao que encontra-se fora do padrão estabelecido socialmente, precisa ser pensada como uma prática discursiva e desnaturalizada, se quisermos construir uma política das diferenças e não ocultarmos o poder “que está na gênese das operações de ordenamento”(s/n).

O Percorso Metodológico

Para a construção desse panorama sobre os estudantes indígenas na UEFS, metodologia adotada diz respeito à Pesquisa Documental, configurada a partir de duas fontes principais: 1) informações institucionais originadas pelos bancos de dados da Pró-Reitoria de Graduação, referente aos estudantes presentes no semestre letivo 2018.2; 2) informações trazidas pelo Relatório da Política de Ações Afirmativas da UEFS (2007-2017), além da aplicação de um questionário estruturado sobre a vida estudantil a 29 estudantes indígenas matriculados no referido semestre.

Diante da necessidade de contato com o banco de dados institucionais sobre o acesso à instituição, foi possível perceber certa precariedade nessa organização, não havendo bancos sistematizados, o que demandou um tempo maior para a realização de filtragens para extração das informações relacionadas aos estudantes indígenas.

Em relação ao Relatório “Política de Ações Afirmativas da UEFS: o sistema de reservas de vagas 2007-2017”, configurou-se como um registro importante de estruturação de dados concernentes ao acesso e permanência dos estudantes ingressantes pelo sistema de reserva de vagas, nos primeiros dez (10) anos de implantação da política na UEFS.

As informações dos indígenas no citado relatório são trazidas em paralelo aos dados dos estudantes quilombolas, pois ambos representam a reserva de vagas extras. Em cada curso de graduação, a cada processo seletivo, 02 vagas são reservadas para esses grupos.

O questionário sobre a vida estudantil tomou como base um instrumento desenvolvido no âmbito de uma pesquisa realizada pelo Grupo de pesquisa Trajetórias, Culturas e Educação (Trace/UEFS), do qual as autoras fazem parte. Para tanto, foi necessária

A presença indígena na Universidade Estadual de Feira de Santana: do ingresso à permanência

a inclusão de questões específicas sobre o estudante indígena, como etnia, religiosidade, escolarização e aldeia a qual pertencem.

O questionário buscou produzir informações sobre três principais dimensões: 1) perfil socioeconômico dos estudantes, 2) vida acadêmica, abarcando os domínios interpessoal, acadêmico e profissional e 3) suportes e motivações para o ingresso e permanência na instituição. Foi composto por 70 questões, envolvendo perguntas de múltiplas escolhas e questões de escala de opinião/tipo Likert.

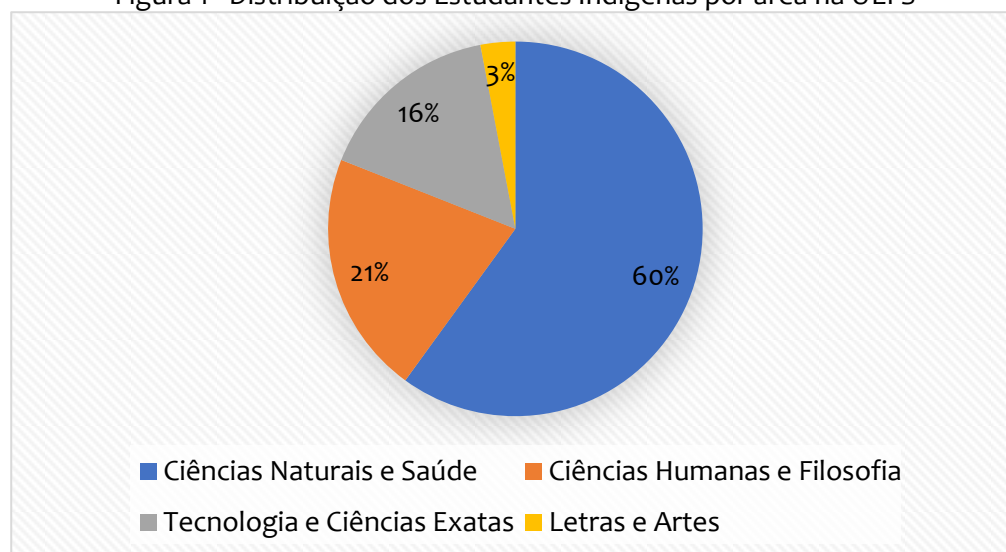
Alguns questionários foram aplicados presencialmente na Residência Indígena e outros enviados por e-mail. Para esses últimos, as pesquisadoras tiveram o cuidado de entrar em contato individualmente por telefone antes do envio, para garantir atenção com o processo e maior número de respostas. Dos sessenta e dois (62) estudantes presentes na UEFS em 2018.2, vinte e nove (29) responderam ao questionário, totalizando 47% do total.

Os estudantes indígenas na UEFS: quem são, de onde vem e o que buscam

A partir dos dados obtidos, foi possível observar que em 2018.2, a instituição contava com a presença de sessenta e dois (62) estudantes indígenas em seus cursos de graduação, ingressantes no ensino superior através do sistema de reserva de vagas étnico-raciais.

A UEFS oferece atualmente 28 cursos de graduação, organizados em quatro grandes áreas de conhecimento: Tecnologia e Ciências Exatas, Ciências Humanas e Filosofia, Letras e Artes e Ciências Naturais e Saúde. Na figura a seguir pode ser analisada a representação ilustrativa da distribuição dos estudantes indígenas por área:

Figura 1 - Distribuição dos Estudantes Indígenas por área na UEFS



Fonte: ZATTI, 2020.

Ciências Naturais e Saúde era a área que comportava o maior número de estudantes indígenas, com 37 estudantes, representando aproximadamente 60% (59,67%) do total dos indígenas na instituição. Nesse universo, Odontologia era o curso mais procurado, com 15 estudantes (24,19%) e, em seguida, Agronomia com 8 (12,90%). Enfermagem contava com 7 matriculados (11,29%), Medicina possuía 4 (6,45%) e Educação Física, 3. Apenas dois cursos não possuíam estudantes indígenas no quadro: Ciências Biológicas e Farmácia.

A área de Ciências Humanas e Filosofia possuía 13 estudantes indígenas, representando aproximadamente 21% (20,96%) do número total. Direito era o curso com maior expressão, possuindo 8 estudantes matriculados (12,90%). Psicologia possuía 2 representantes (3,22%) e História, Filosofia e Administração contavam com 1 (1,61%) em cada curso. Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Geografia e Pedagogia não possuíam estudantes indígenas matriculados.

A área de Tecnologia e Ciências Exatas possuía 10 estudantes indígenas (16,12%), tendo Engenharia Civil 6 integrantes desse total (9,67%). Os cursos de Engenharia da Computação e Engenharia de Alimentos possuíam 2 estudantes cada (3,22%). Licenciatura em Matemática, Licenciatura e Bacharelado em Física e Licenciatura em Química não possuíam estudantes indígenas matriculados.

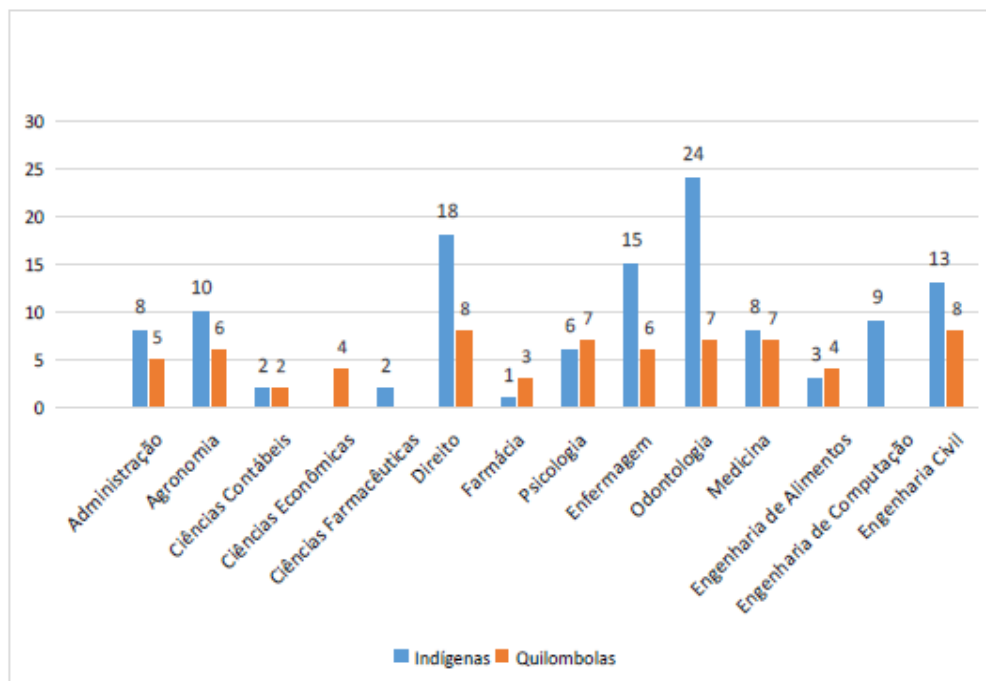
A área de Letras e Artes é a que possuía menor representatividade, com apenas 2 estudantes (3,22%): 1 no curso de Letras com Inglês e 1 no curso de Letras com Espanhol. Não possuíam estudantes indígenas os cursos de Letras Vernáculas, Letras com Francês e Licenciatura em Música.

Sobre a maioria dos estudantes na área das Ciências Naturais e da Saúde, pode-se pensar sobre a necessidade de melhorias no campo da saúde em regiões indígenas, além da íntima relação que estabelecem com a terra, o que pode justificar expressivo número de estudantes no curso de agronomia.

Nas figuras 2 e 3, abaixo, é possível observar a inserção dos estudantes indígenas na universidade em todos os processos seletivos realizados entre 2007.1 e 2017.2, por cursos. No primeiro encontram-se os cursos de bacharelado, enquanto no segundo, estão os cursos

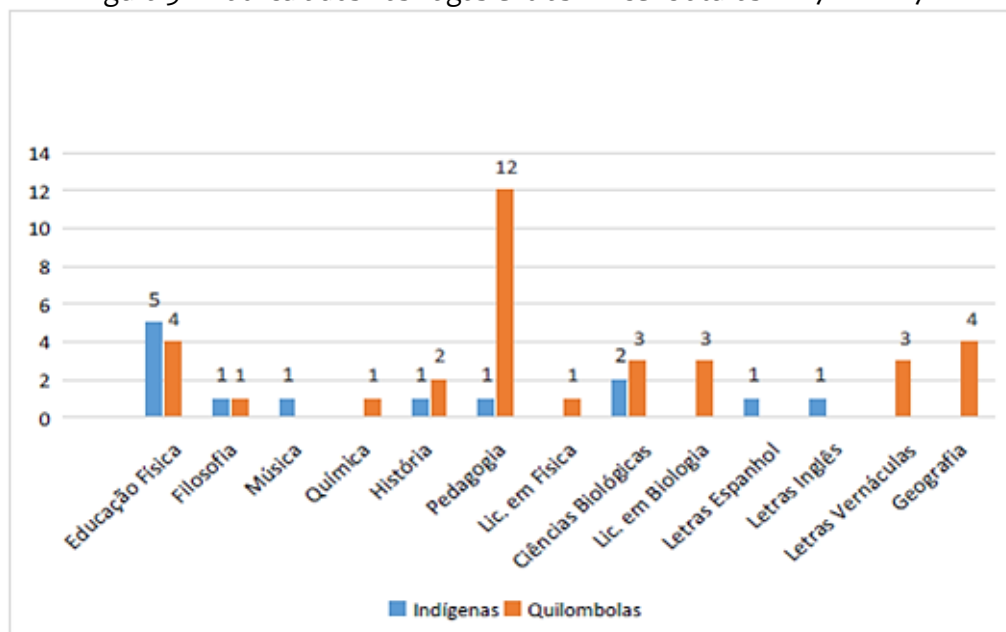
A presença indígena na Universidade Estadual de Feira de Santana: do ingresso à permanência

de licenciatura. Figura 2 - Matriculados nas vagas extras – Bacharelados 2007.1 – 2017.2



Fonte: UEFS, 2018.

Figura 3 - Matriculados nas vagas extras – Licenciaturas 2007.1 – 2017.2



Fonte: UEFS, 2018.

A partir das análises das figuras, pode-se observar uma grande predominância dos estudantes indígenas nos cursos de bacharelado, com destaque para os cursos de Odontologia com 24 estudantes; Direito com 18; Enfermagem com 15 e Engenharia Civil com 13. Dentre os cursos de licenciatura, o curso mais acessado foi Educação Física, com 5

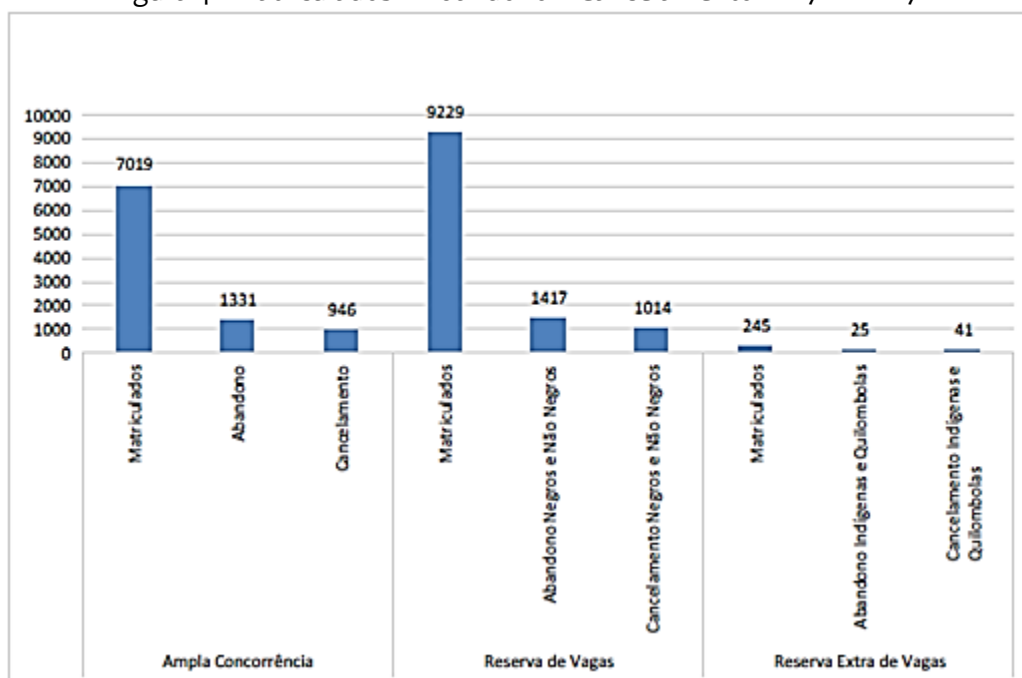
representantes. Além disso, não foram observadas matrículas de estudantes indígenas nos cursos de Ciências Contábeis, Química, Física, Biologia, Letras Vernáculas e Geografia.

Esses dados tornam-se relevantes pois vão de encontro com as ideias disseminadas pelo senso comum, associando os indígenas universitários aos cursos de menor prestígio social. Além disso, o predomínio dos estudantes no bacharelado pode também ter relação com um recrudescimento da profissão docente. Os estudantes indígenas estão ocupando cursos de maior prestígio social, reconhecidos pela concorrência e valorização social da profissão, o que desmistifica a ideia de sub-representação desses nos bacharelados.

De modo geral, o relatório sinaliza que o ingresso dos estudantes indígenas na UEFS não foi feito de forma satisfatória, visto que “há cursos cujas vagas não foram preenchidas e outros nos quais o preenchimento ocorreu de modo parcial” (UEFS, 2018, p. 56). O número de vagas que ficam ociosas a cada processo seletivo gera um déficit de estudantes que deveriam estar usufruindo a universidade e não estão tendo acesso a ela.

Ainda na análise relativa aos anos iniciais da política, na figura 4, abaixo, concentram-se os dados referentes aos estudantes indígenas matriculados e os que abandonaram ou cancelaram o curso.

Figura 4 - Matriculados x Abandono x Cancelamento 2007.1 – 2017.2



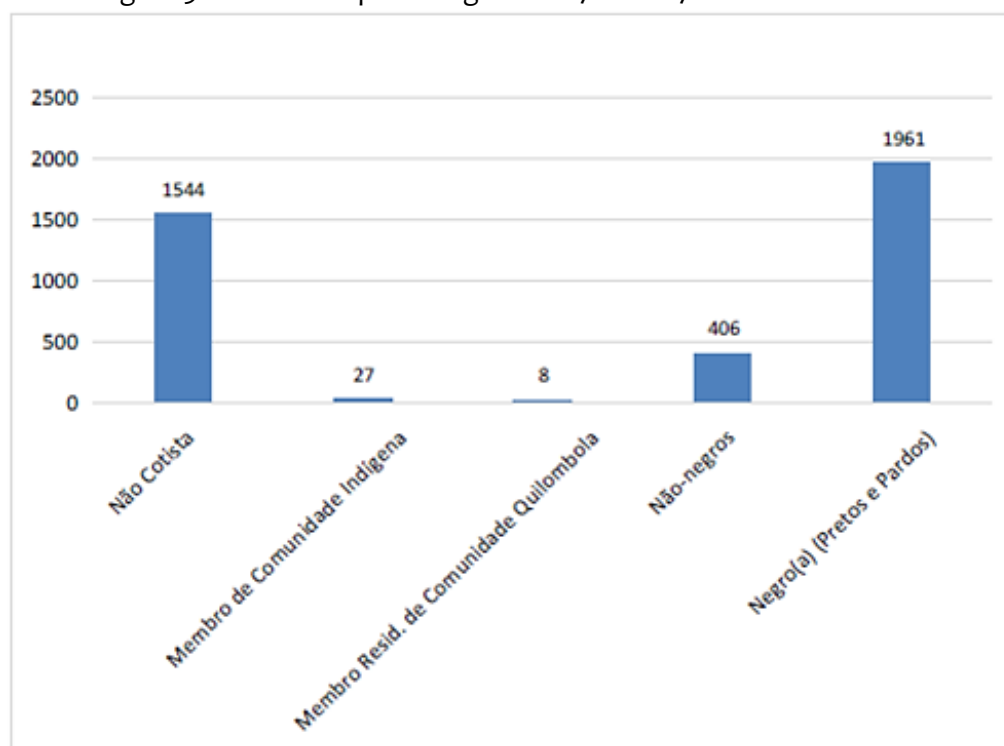
Fonte: UEFS, 2018.

A presença indígena na Universidade Estadual de Feira de Santana: do ingresso à permanência

Ao todo, a instituição contou com a presença de 245 indígenas e quilombolas matriculados desde o início da reserva de vagas, sendo que 66 (27%) destes evadiram, tendo sido 25 por abandono e 41 por cancelamento. O relatório não desmembra os dados entre os dois grupos citados, não sendo possível dessa forma precisar quantos destes são estudantes indígenas.

Todavia esses números tornam-se importantes para uma aproximação sobre o quadro comparativo com os demais grupos favorecidos pela política afirmativa na instituição. Nesse sentido, a figura 5, a seguir, apresenta os dados em relação aos estudantes já graduados:

Figura 5 - Graduados por Categoria 2007.1 – 2017.2

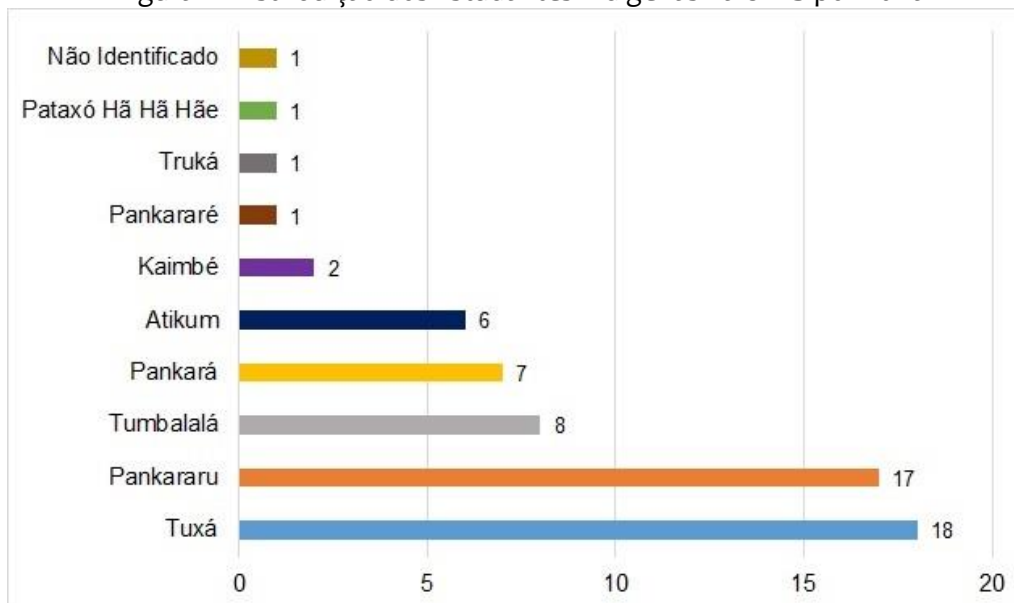


Fonte: UEFS, 2018.

De acordo com a figura, 27 estudantes indígenas já concluíram seus cursos de graduação na UEFS. Esse número representa, portanto, 0,7% do total dos estudantes graduados (3.946) na instituição no período descrito. Um fato interessante é que, de acordo com o relatório, dos 28 cursos oferecidos pela universidade, em apenas 11 deles há representantes indígenas. São eles: Odontologia (8), Enfermagem (4), Direito (3), Medicina (3), Ciências Farmacêuticas (2), Engenharia Civil (2), Administração (1), Educação Física (1), História (1), Música (1) e Pedagogia (1). Os demais 17 cursos ainda não possuem estudantes indígenas graduados.

Em relação à representatividade dos grupos étnicos, a instituição possuía estudantes de 9 etnias diferentes: eram 6 (seis) estudantes Atikum, 1 (um) Pataxó Hã Hã Hãe, 2 (dois) Kaimbé, 7 (sete) Pankará, 1 (um) Pankararé, 17 (dezesete) Pankararu, 8 (oito) Tumbalalá, 18 (dezoito) Tuxá, 1 (um) Truká, além do caso de 1 (um) estudante que no seu registro na universidade “não consta a informação a respeito da etnia”. A figura 06, abaixo, apresenta a representação gráfica das etnias na instituição:

Figura 6- Distribuição dos Estudantes Indígenas na UEFS por Etnia



Fonte: ZATTI, 2020.

Além das etnias presentes oficialmente, o estudante Pataxó Hã Hã Hãe possui dupla etnia, sendo também representante do povo Fulni-ô.

Refletindo sobre a maior presença de estudantes Tuxá e Pankararu, em comparação com as demais etnias, podemos pensar que se deva ao fato dessas etnias possuírem escolas em suas comunidades há algum tempo e serem mais escolarizadas, talvez proporcionando aos jovens a conclusão do ensino médio com mais facilidade que outras com maior dificuldade no acesso à educação básica.

Em relação ao recorte de idade, os estudantes possuíam entre 17 e 27 anos, com exceção 2 (dois) estudantes com 30 anos, 1 (um) estudante com 39 e 1 com 50 anos. As informações encontradas sobre a faixa etária puderam confirmar que quase a totalidade dos estudantes indígenas universitários são jovens, considerando que a juventude compreende pessoas dos 15 aos 29 anos, de acordo com a Política Nacional de Juventude.

A presença indígena na Universidade Estadual de Feira de Santana: do ingresso à permanência

Em uma análise por sexo, no semestre letivo 2018.2 estavam matriculados 31 (trinta e um) estudantes indígenas de cada sexo, ou seja, exatos 50% dos jovens do sexo masculino e 50% do sexo feminino.

Com relação aos dados dos questionários aplicados durante a pesquisa, 29 (vinte e nove) participantes responderam-no, configurando 47% do total dos estudantes indígenas da UEFS (62 estudantes).

A partir dos questionários, em relação à renda mensal do grupo familiar, 65,5% (19 estudantes) responderam que a família possui renda compreendida entre 1 a 3 salários mínimos e 75,9% (22 pessoas) possuem um total de 3 a 5 pessoas residentes na sua casa de origem.

Como já foi sinalizado anteriormente, os estudantes indígenas da UEFS são oriundos de etnias sediadas geograficamente nos estados da Bahia e Pernambuco. Vale salientar que a região de Feira de Santana-Bahia não possui aldeias indígenas e que o povo mais próximo dentre os estudantes são os Kaimbé, ficando a aproximadamente 210 quilômetros de distância, nas redondezas da cidade de Euclides da Cunha-Bahia.

Devido a esse distanciamento, a instituição possui uma residência indígena dentro do Campus, possibilitando a convivência interétnica entre os indígenas e configurando-se como um espaço no qual eles se reconhecem e se aproximam.

Sobre a realização de rituais religiosos na universidade, 64,3% (18 estudantes) indicaram *sim*, 3,6% (1 estudante) respondeu que *difícilmente* e 32,1% (9 estudantes) sinalizaram que *não* os realizam na UEFS. A presença de uma residência universitária indígena dentro da instituição favorece a realização dos rituais, pois eles se referem ao local como espaço de resistência e acolhimento.

A respeito da escolaridade, a imensa maioria dos estudantes cursou toda a escolarização básica em instituições públicas. Em relação à educação infantil, esse quantitativo é de 93,1% (27 estudantes), o ensino fundamental I (1º ao 5º ano) alcança 96,9% (28 estudantes), o ensino fundamental II (6º ao 9º ano), 92,9% (26 estudantes), e o ensino médio, por sua vez, 93,1% (27 estudantes).

Os resultados do Censo 2010 (IBGE, 2010) indicam que os indígenas no Brasil possuem escolaridade mais baixa que população não indígena e aponta maiores índices de analfabetismo para as gerações indígenas mais velhas, enquanto os mais jovens são em sua grande maioria alfabetizados. Vale destacar também que os indígenas que residem fora das

terras indígenas possuem maior nível de escolaridade em comparação com os que se encontram nas terras indígenas

O questionário demonstrou que 65,5% (19) dos participantes estão em sua primeira experiência no ensino superior. Contudo, 62,1% (18) não foram aprovados em seu primeiro vestibular, tendo sido necessárias algumas tentativas para ingresso.

Aproximadamente 90% dos estudantes (26) não trabalham, dedicando-se integralmente ao curso de graduação. Apenas 13,8% (4 estudantes) já trabalharam em atividade remunerada em algum momento da vida, atuando no ramo do comércio.

É importante destacar que os estudantes indígenas na UEFS recebem suporte material para continuidade dos cursos de graduação, visando favorecer a sua permanência. Ao ingressarem na instituição, possuem acesso à alimentação integral no restaurante universitário, moradia na Residência Indígena e auxílio financeiro no valor de R\$ 435,00 para os residentes.

Além desse suporte institucional, podem acessar o programa de assistência estudantil do Governo do Estado da Bahia, o Mais Futuro, desenvolvido para os estudantes que se encontram em condições de vulnerabilidade socioeconômica nas universidades públicas estaduais. O referido programa oferece auxílio financeiro no valor de R\$ 300 ou R\$ 600 mensais, proporcionais ao perfil Básico e Moradia respectivamente. Entretanto, o estudante deve fazer opção entre o auxílio Moradia do Mais Futuro e o acesso à residência indígena, uma vez que ambos não podem ser acumulados.

De acordo com a motivação para a escolha do curso, alguns estudantes assinalaram mais de uma opção. Para 58,6% das respostas (17), a *identificação com a profissão* foi o fator preponderante e 44,8% (13) registraram que *contribuir com sua comunidade* encontra-se entre os seus objetivos com a escolha do curso. Merece destaque que apenas 17% (05) tenham assinalado o *mercado de trabalho*, além de que nenhum estudante (0%) escolheu o curso devido à sua *flexibilidade de tempo*.

Diante dos dados nesse último quesito, pode-se observar que os fatores relacionados à motivação intrínseca, quando a escolha produz satisfação e benefício para si e para os outros, possuem maior relevância para os estudantes indígenas no momento das escolhas pela graduação do que a motivação extrínseca, para obter proveitos materiais ou responder

A presença indígena na Universidade Estadual de Feira de Santana: do ingresso à permanência

a um demanda externa. Esse dado demonstra maior relação com a identidade coletiva, em contraponto com a individualidade vivida pelas culturas urbanas.

Partindo para uma análise que contextualize a vida estudantil também em seu *domínio interpessoal*, o questionário abarcou questões a respeito da relação com colegas de curso, indígenas e não indígenas, relacionamento com os professores, visitas às áreas de convivência na universidade e sobre a satisfação em relação à cidade onde a UEFS se localiza.

Em relação à afirmação “acredito que tenho um bom convívio com os meus colegas de curso”, 44,8% dos estudantes sinalizaram que estavam totalmente de acordo, 51,7% disseram que a afirmação tinham pouca consonância consigo ou estavam parcialmente de acordo e apenas 3,5% estavam em desacordo com a declaração, não se aplicando em nenhuma circunstância à sua experiência.

No quesito "considero que tenho um bom convívio com os meus colegas da residência", 48,3% afirmaram estar totalmente de acordo, 41,4% tinham pouca consonância com a mesma e 10,3% estavam parcialmente de acordo, aplicando à sua experiência algumas vezes.

Em uma questão similar, desta vez direcionada às relações com os estudantes indígenas, 62,1% sinalizaram estar totalmente de acordo sobre a facilidade de se relacionar e se comunicar com eles, 27,6% tinham pouca consonância com o tópico e 10,3% estavam parcialmente de acordo.

Por fim, quando o bom relacionamento diz respeito aos colegas não indígenas, 41,4% afirmaram-se favoráveis, 51,7% parcialmente de acordo, aplicando-se em poucas circunstâncias e 6,9% estavam em desacordo segundo sua experiência.

Em relação ao relacionamento com professoras e espaço para expor suas dificuldades, 79,3% dos estudantes pontuaram entre desacordo e parcialmente de acordo, 20,7% dos participantes sinalizaram que se aplica em poucas circunstâncias e nenhum estudante assinalou estar de acordo, quando a afirmativa acontece com muita frequência.

A partir dos dados apresentados, pode-se perceber que o questionário não demonstrou diferenças significativas nas relações com os outros estudantes, sejam eles colegas de curso, residentes, indígenas ou não indígenas. Contudo, os dados indicaram fragilidade nas relações com os professores, denotando distanciamento e pouca abertura para o diálogo.

Em relação à frequência das áreas de convívio na universidade, 10,3% indicaram fazer uso desses espaços com regularidade; 17,3% em poucas circunstâncias, 44,8% sinalizaram apenas algumas vezes e 27,6 não utilizam esses espaços. Esses elementos demonstram que os jovens universitários indígenas ainda não se apropriam desses locais dentro da universidade, estando mais circunscritos aos espaços de atividades acadêmicas.

Na questão direcionada à satisfação com a cidade de Feira de Santana, 28,6 responderam que estavam totalmente de acordo, 25% em poucas circunstâncias, 32,1% algumas vezes e 14,3% estavam em desacordo com a afirmação. Há necessidade de novas pesquisas que aprofundem o nível de conhecimento dos estudantes sobre a cidade, se frequentam espaços para além do campus universitário, entretanto o estudo indicou que os estudantes indígenas da UEFS são satisfeitos com Feira de Santana.

No *domínio acadêmico*, no quesito satisfação com o curso, quando apresentada a sentença “estou satisfeito com o curso que escolhi”, 74,9% dos participantes indicaram estar totalmente de acordo ou com pouca consonância, 21,5% estavam parcialmente de acordo e 3,6% estavam em desacordo. As respostas denotam que a grande maioria dos estudantes que responderam à pesquisa possuem satisfação com a escolha realizada.

Já no *domínio profissional*, sobre as perspectivas profissionais, o questionário abordou o tópico “vislumbro boas perspectivas profissionais com o curso que escolhi”, no qual os estudantes apresentaram-se otimistas. Dentre as respostas, 75% envolveu os que responderam totalmente de acordo e de acordo em poucas circunstâncias e em contrapartida apenas 25% responderam parcialmente de acordo.

A respeito das projeções para o futuro, 92,9% responderam confiantes na concretização de objetivos pessoais na carreira escolhida e 7,1% parcialmente de acordo. O que também demonstrou que os estudantes estão esperançosos para o futuro.

Os dados revelaram os desafios envolvidos no percurso de afiliação e nos deixaram pistas da sua complexidade e variação individual e coletiva. O ingresso ao ensino superior de estudantes cuja legitimidade está em constante negociação, ou melhor, que não se percebem representados na instituição, não é suficiente para garantir a afiliação, já que para tanto as condições de permanência simbólica precisam ser construídas constantemente.

O tempo de estranhamento (COULON, 2008), quando não há o conhecimento das regras institucionais, pode durar e ter uma intensidade maior em grupos minoritários como

o que investigamos. À afiliação institucional e intelectual (COULON, 2008), acrescentamos a afiliação social/afetiva como dimensão importante para o percurso de afiliação estudantil. A convivência com colegas, indígenas e não indígenas, a relação com professores e a circulação e apropriação dos espaços universitários são elementos que a favorecem.

Considerações Finais

Até muito pouco tempo, cerca de pouco menos de 20 anos, não era comum encontrar jovens indígenas no seio da universidade, embora ainda hoje pareça haver questionamentos sobre sua presença nesse ambiente por pessoas desinformadas. O desconhecimento a respeito dessa realidade e a existência de estereótipos sobre a pessoa indígena demonstram a importância de estudos sobre essa temática.

Neste trabalho, foi apresentada uma contextualização dos estudantes indígenas na UEFS, traçando uma aproximação de como estão distribuídos, quais os cursos/áreas de conhecimento que mais os interessam, as motivações para suas escolhas, suas etnias, dentre outras informações necessárias para maior conhecimento sobre a presença indígena na universidade.

A pesquisa demonstrou que embora possuam muitas similaridades por fazerem parte dos povos indígenas do Nordeste, pertencem a diferentes grupos étnicos diversos, e na relação com a UEFS, desenvolvem trajetórias singulares, tanto formativas como de vida.

É importante pontuar que os estudantes indígenas deparam-se com variáveis específicas na vivência universitária e que esses elementos precisam ser levados em consideração quando se busca compreender a experiência do discente indígena universitário.

A garantia do acesso nem de longe exaure a luta em busca da igualdade e da inclusão. A comunidade acadêmica sente as mudanças nos doze anos de política afirmativa, um avanço relevante em defesa do acesso de grupos antes excluídos, mas ainda é necessária uma longa caminhada para que perceba a força e o potencial da diversidade e para que todos possam ser realmente acolhidos e integrados, para além de inseridos, e que políticas interculturais possam de fato ser implementadas.

Referências

AMARAL, Wagner Roberto do. **As Trajetórias dos Estudantes Indígenas nas Universidades Estaduais do Paraná: sujeitos e pertencimentos**. Curitiba. 2010. 594 f. Tese (Doutorado em

Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

CANDAU, Vera Maria Ferrão. Diferenças culturais, interculturalidade e educação em direitos humanos. **Educação & Sociedade**, v. 33, n. 118, p. 235-250, 2012.

COULON, Alain. **A Condição de Estudante**: a entrada na vida universitária. Tradução de: Georgina Gonçalves dos Santos e Sônia Maria Rocha Sampaio. Salvador: Edufba, 2008.

GONZÁLEZ REY, F. L. A pesquisa e o tema da subjetividade em educação. **Psicologia da Educação** - Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados (PUC/SP), n.13, p. 9-16, 2001.

GRÜNEWALD, R. A. Toré e Jurema: emblemas indígenas no nordeste do Brasil. **Ciência e Cultura**, vol.60, nº 4. São Paulo, Out 2008.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**: características gerais dos indivíduos. Rio de Janeiro, p.1- 245, 2010.

OLIVEIRA, João Pacheco de (org.). **A Viagem de Volta**: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena. 2 ed., São Paulo: Contra Capa Livraria/LACED, 2004.RESSURREIÇÃO, Sueli Barros da. **Jovens Indígenas Universitários**: experiências de transições e etnogênese acadêmica nas fronteiras interculturais do desenvolvimento. Salvador. 2015. 414 f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

SANTOS, Adilson Pereira dos. Itinerário das ações afirmativas no ensino superior público brasileiro: dos ecos de Durban à Lei das Cotas. **Revista de C. Humanas**, Viçosa, v. 12, n. 2, p. 289-317, jul./dez. 2012

SANTOS, Dyane Brito Reis. Curso de Branco: uma abordagem sobre o acesso e a permanência de estudantes de origem popular nos cursos de saúde da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). **Revista Contemporânea de Educação**, vol. 12, nº. 23, jan/abr de 2017, pp. 31-50.SOUZA, Ana Claudia Gomes de. **“Passou? Agora é luta!”** Um estudo sobre ações afirmativas e a presença de jovens estudantes indígenas na Universidade Federal da Bahia. Salvador. 2016. 265 f. Tese (Doutorado em Antropologia) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

UEFS. Universidade Estadual de Feira de Santana. **Relatório da Política de Ações Afirmativas da UEFS**: o sistema de reservas de vagas 2007-2017. Feira de Santana, 2018. Disponível em: http://www.propaae.uefs.br/arquivos/File/relat_acoes_afirmativas_uefs_2018.pdf. Acessado em 12 jan. 2019.

VEIGA-NETO, Alfredo. Incluir para excluir. In: **Habitantes de Babel**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.ZATTI, Fernanda Almeida Ribeiro. **Lugar de índio**: processos subjetivos e permanência simbólica de estudantes indígenas na Universidade Estadual de Feira de Santana. 2020. 148f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Feira de Santana. Feira de Santana-BA. 2020.

Sobre as autoras

Fernanda Almeida Ribeiro Zatti

Graduada em Psicologia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Feira de Santana – Bahia (UEFS). Psicóloga do Núcleo de Apoio Psicossocial e Pedagógico da Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis da UEFS (NAPP/PROPAAE/UEFS) e integrante do Grupo de Pesquisa Trace/UEFS. ORCID <https://orcid.org/0000-0002-0715-7989> E-mail: fernanda@uefs.br

Mirela Figueiredo Iriart

Professora Plena do Departamento de Educação da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Docente do Programa de Pós-graduação em Educação da UEFS e Coordenadora do Grupo de Pesquisa Trace/UEFS. Graduada em Psicologia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Doutora em Saúde Coletiva pelo Instituto de Saúde Coletiva da UFBA e pós doutorado no Departamento de Psicologia Social e Cultural da London School of Economics and Political Science (LSE). ORCID <https://orcid.org/0000-0001-5673-6787> E-mail: mifis36@gmail.com

Recebido em: 06/12/2020

Aceito para publicação em: 14/12/2020